

# Paper do NAEA

## Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições<sup>1</sup>

Elimar Pinheiro do Nascimento<sup>2</sup>

João Paulo Faria Tasso<sup>3</sup>



### RESUMO

Há quase meio século discute-se a finitude dos recursos naturais e a irracionalidade de sua exploração pelo modelo econômico vigente que resultou na presente crise ecológica. Este artigo discute o Decrescimento, uma das saídas propostas à esta crise. Nome propositalmente antipático para que o *establishment* não se aproprie, como ocorre com o Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é desenhar a trajetória do Decrescimento para identificar as possibilidades e limites. Pesquisaram-se as principais publicações que sustentam a proposição. As origens do Decrescimento são múltiplas, tanto de caráter econômico como cultural e as proposições são variadas. Contudo, há três certezas: a ideologia do crescimento, que rege o presente modelo econômico, caso não seja modificado, nos levará a uma catástrofe; medidas paliativas, como as propugnadas pelo Desenvolvimento Sustentável, não conduzem a uma solução da crise ecológica; a saída possível é quebrar a lógica da ideologia do crescimento, buscando uma vida mais simples, com relações sociais mais agradáveis e melhor distribuição, e redução, dos bens materiais. O artigo finaliza perguntando-se sobre a possibilidade de as propostas do Decrescimento serem levadas a cabo, e quais os seus obstáculos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Decrescimento. Crise Ambiental.

---

1 Nossos agradecimentos a Paulo Henrique Martins e Andrei Cechin que leram este artigo ainda em seu nascedouro. Infelizmente não foi possível utilizar todas as ricas sugestões que fizeram. Não custa lembrar que todo e qualquer deslize é de responsabilidade exclusiva dos autores.

2 Doutor em Sociologia e Professor dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e do Centro Ambiente e Sociedade Sustentável na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: elimarcds@gmail.com.

3 Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), e Professor do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: jpfariatasso@gmail.com.

## **ABSTRACT**

For almost half a century, the finitude of natural resources and the irrationality of their exploitation have been discussed by the current economic model, which has resulted in the present ecological crisis. This article discusses the Degrowth, one of the proposed outputs for this crisis. A purposely unsympathetic name that the establishment cannot appropriate, as it happens with Sustainable Development. The objective is to design its trajectory to identify the possibilities and limits. The main publications that supports the proposition were investigated. The origins of the Degrowth are manifold, both of an economic and cultural character, and the propositions are varied. However, there are three certainties: the ideology of growth, which rules the present economic model, if not modified, will lead us to a catastrophe; palliative actions, such as those advocated by Sustainable Development, do not lead to a solution to the ecological crisis; the possible way out is to break the logic of the growth ideology, seeking for a simpler life, with more enjoyable social relations and better distribution and reduction of material assets. The article ends by asking if the possibilities of the Degrowth's proposals can be carried out, and what are their obstacles.

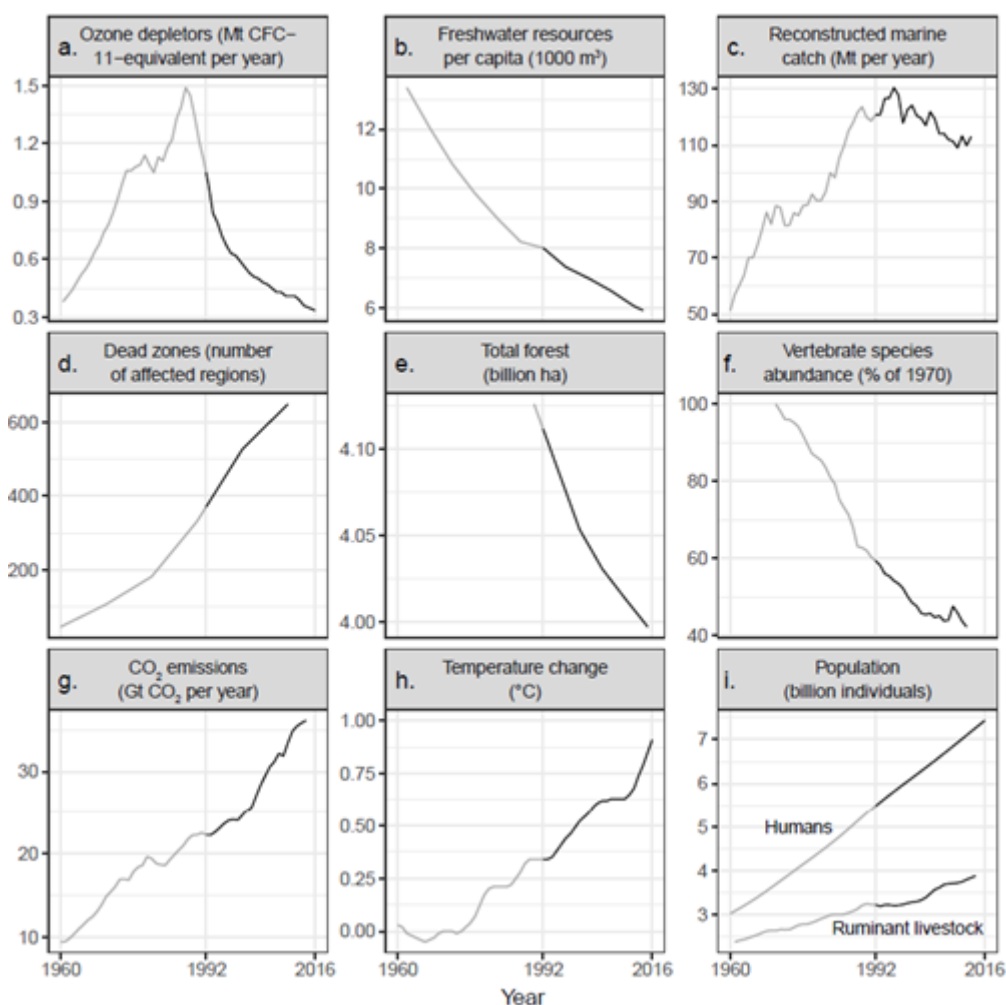
**Keywords:** Sustainable Development. Degrowth. Environmental Crisis.

## APRESENTAÇÃO

Ao término da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-24), na Polônia, em dezembro de 2018, o secretário geral da ONU, Antônio Guterres, chamou a atenção do mundo sobre os riscos de não tomarmos medidas mais assertivas para inflexionar os indícios de degradação ambiental, que se traduzem, entre outros, pela perda da biodiversidade, desaparecimento de países e crescimento dos eventos críticos (provenientes do aquecimento global) que resultarão em prejuízo de bilhões de dólares para a economia mundial. Sem falar das perdas e dos sofrimentos humanos.

Se tomarmos em consideração os nove parâmetros ambientais mais comuns para o monitoramento da crise ambiental entre 1960 e 2016, registra-se que apenas um – a emissão de gases depletora da camada de ozônio –, segundo Ripple et al. (2017), apresentou melhoras entre 1992 e 2016, como mostra a Figura 1. Todos os outros pioraram, conforme os gráficos de “a” ao “i”, a seguir.

Figura 1: Série histórica (1960 e 2016) para diversos parâmetros ambientais



Fonte: RIPPLE et al., 2017, p. 1.027.

A Figura 1 apresenta nove representações gráficas (parâmetros ambientais) dentro de uma série histórica entre os anos 1960 e 2016, com destaque para o intervalo 1992-2016: (a) emissão de gases destruidores da camada de ozônio; (b) volume de água potável *per capita*; (c) captura de pescado marinho; (d) zonas mortas; (e) cobertura florestal; (f) abundância de espécies de vertebrados; (g) emissão de CO<sub>2</sub>; (h) mudança na temperatura e; (i) população de humanos e bovinos.

Segundo Almeida (2018, p. 12) “a persistência da degradação ambiental mostra que mais de 20 anos de debates, acordos e conferências sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não surtiram os efeitos desejados”. De acordo com a Conferência do Clima, supracitada, serão necessárias medidas radicais para zerar a emissão de gases de efeito estufa até 2040 se quisermos ter o teto de aumento de 1,50 C, o que evitaria o desaparecimento de países pela elevação do nível do mar. Ademais que, em 2017, as emissões de gases de efeito estufa, que estiveram estacionárias entre 2015/2016, voltaram a crescer.

O agravamento da crise ambiental demonstra o fracasso da proposta do Desenvolvimento Sustentável, mesmo em sua versão mais moderna de Economia Verde, propalada em 2012, por ocasião da Rio + 20 (ALMEIDA, 2012; ALMEIDA, 2018; CHECHIN, PACINI, 2012). Este fracasso constatado desde 2002 (Rio + 10) criou um ambiente favorável ao fortalecimento de propostas alternativas, como a do Decrescimento (D’ALISA, DEMARIA, KALLIS, 2015; DEMARIA, SCHNEIDER, SEKULOVA, MARTINEZ-ALIER, 2013; KALLIS, 2011; KERSCHNER, 2010; SCHNEIDER, KALLIS, MARTINEZ-ALIER, 2010; LATOUCHE, 2007).

Por esta razão, vamos abordar neste artigo os aspectos centrais desse movimento, assim como alguns de seus inspiradores. Com isso, sinalizamos, ao mesmo tempo, o foco e os limites do artigo. Não se trata de abordar o conjunto da obra que tem criticado a ideologia do desenvolvimento no mundo atual, conformando um campo de reflexão próprio (que seria, para alguns, o pós-desenvolvimentismo), mas sim alguns aspectos (MARTINS, 2005), ademais de algumas de suas expressões lindeiras, como o Mauss<sup>4</sup>, os objetores de crescimento, os bioeconomistas e os antipub (críticas da sociedade de consumo). Correntes, portanto, econômicas, ecológicas, sociais, políticas e culturais, que se desenvolvem na Europa e em outras partes do Mundo, como nos Andes, com sua versão do *Bien Vivir* (ACOSTA, 2016; FARAH, VASAPOLLO, 2011).

O artigo tem como finalidade ampliar as reflexões sobre uma nova perspectiva/proposta ideológica, voltada à melhoria das condições sociais e humanas globais. Para tanto, está dividido em três sessões, além desta Introdução e Conclusão, que são: (i) as origens do Decrescimento; (ii) as suas diversas concepções; (iii) e as propostas para evitar uma catástrofe ambiental, econômica e social.

## ORIGENS

O Decrescimento tem os seus primórdios nos anos 1970, com o reconhecimento global de que não é possível haver um crescimento econômico infinito em um mundo finito (DUBOS,

---

4 O nome MAUSS - Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais - foi adotado em homenagem a Marcel Mauss, etnólogo, autor da teoria do Dom, que inspira este movimento criado, entre outros, por Alain Caillé, economista e filósofo francês.

WARD, 1972; COMMONER, 1972; PELT, 1977; PASSET, 1979), sobretudo após a divulgação da obra “*The Limits to Growth*”, publicada em 1972. Entretanto, o nome, na expressão francesa, “*décroissance*”, foi utilizado pela primeira vez por André Gorz, em artigo, sob pseudônimo, na revista *Le Nouvel Observateur*, em 19 de junho de 1972.

Após relativo silêncio nos anos 1980/1990, o Decrescimento, ganhou um novo esplendor no início deste século (FLIPO, 2012). Em 2002, duas edições da revista *Silence* tiveram um sucesso inesperado ao trazer à tona um dossiê sobre um “novo imaginário”, o decrescimento. Em 2004, foi lançado o jornal *La décroissance, le journal de la joie de vivre*. Em 2006 foi criado o *Le Parti pour la Décroissance (PPLD)*. Ano seguinte, em 25 de março, o principal jornal da França, *Le Monde*, dedicou o seu principal artigo ao tema, após diversas manifestações em todo o País. Em 2005, foi lançada a revista teórica do movimento, *Entropia*. Iniciaram-se, então, os encontros internacionais em diversos países (França, Espanha, Itália, Hungria e Alemanha). A Conferência Internacional em Leipzig, realizada em 2014, reuniu cerca de 3.000 participantes, provenientes de todos os continentes. Em 2016, um novo evento em Budapeste reuniu 6.000 participantes. Após várias dezenas de Conferências, uma simples consulta ao *Journal of Cleaner Production* constatou, em 2018, 14 artigos publicados sobre o tema.

A ideia central do Decrescimento seria o de nos alertar sobre dois aspectos fundamentais e complementares. O primeiro é de que o mundo é finito, e não pode responder a todas as demandas materiais de uma população que já se aproxima dos 8 bilhões de pessoas. Essa percepção é central no debate das obras *The Limits to Growth* (MEADOWS, 1972) e *The Entropy and the Economic Process* (GEORGESCU-ROEGEN, 1971). O segundo, de que o crescimento econômico desmesurado nos levará, necessariamente, a uma catástrofe, semelhante a aquelas descritas por Diamond (2005).

A ideologia do desenvolvimento, sob bases econômicas, nos conduz ao suicídio, enquanto espécie. Se formos resumir o conjunto de escritos em torno do tema do Decrescimento, poderíamos afirmar, talvez com presteza, tratar-se de um movimento que propõe o abandono de uma religião: a do crescimento sem limites, ou seja, o abandono da ideia do progresso, que marcou o século XIX com sua ideologia positivista, e adentrou o século XX, tornando-se hegemônica em nosso ideário. O Decrescimento, movimento intelectual, realiza-se na proposição de uma concepção mais simples e mais modesta de sociedade, que alguns denominam de “convivial”, em homenagem a Illich (2005). De toda forma, perpassa a ideia de simplicidade como forma de vida.

Mas, o que nos impede de atingirmos a simplicidade numa sociedade moderna? Talvez, o que ainda nos falte, é sabedoria, que nos torne capazes de perceber que o cultivo e a expansão das necessidades materiais são antíteses da liberdade e da paz (SCHUMACHER, 1973).

Não se trata de congelar a economia, mantendo ricos e pobres onde estão, nesse mundo de injusta assimetria. Nem de pregar uma estagnação econômica, convidando os humanos, desesperados, a ingressar em um monastério. As ideias do movimento são bem mais complexas e dispersas entre diversos autores: alguns em grande evidência, como Latouche (2006), Martinez-Alier (2007), e Giorgos Kallis (2011); outros, ainda nos primórdios do movimento, como René Passet (1979) e André Gorz (1989); ou, mais recentes, tais como Maurizio Pallante (2004; 2007), Christian Kerschner (2010) e François Schneider (2010), para citar alguns.

Evidentemente que a postura de desconfiança com os resultados da ideologia do crescimento econômico não data de hoje, nem os autores do Decrescimento pretendem que assim o seja.

Eles reconhecem que muitos antecedentes trilharam o caminho de mostrar as incongruências e (in) consequências de um crescimento econômico desenfreado, e produziram ideias nas quais se inspiraram. Proposições provindas de vertentes distintas e tradições singulares, e mesmo divergentes.

A tradição mais antiga tem suas raízes na segunda lei da termodinâmica de Sadi Carnot (1796-1832), conhecida como a “lei da entropia”, a qual mede a energia não disponível para o trabalho que resulta das transformações energéticas. Entropia, do grego *entropêe*, que significa mudança, é uma medida que analisa a desordem das partículas de um sistema físico, ou mesmo a proximidade em relação ao equilíbrio. O equilíbrio é um estado no qual não é possível extrair energia suplementar, ou seja, um estado máximo de entropia é um estado de equilíbrio ou energia nula. No equilíbrio, ou próximo a ele, as leis da natureza são universais, mas, longe do equilíbrio, elas se tornam específicas, relacionando-se com o tipo de irreversibilidade. Longe do equilíbrio a matéria adquire novas propriedades onde as instabilidades e flutuações desempenham um papel essencial, nos forçando a abandonar as descrições deterministas. Longe do equilíbrio, o sistema escolhe um dos possíveis regimes de funcionamento (PRIGOGINE, 1996).

Nicholas Georgescu-Roegen (1971) é, talvez, o grande inspirador para a crítica a ideologia do crescimento sem limite que constitui o cerne do modelo de desenvolvimento capitalista, na medida em que ele introduz o princípio físico da entropia nas ciências econômicas. Na verdade, ele propõe a aplicação da lei da entropia ao mundo material<sup>5</sup>. Isto é, a de que existe a dissipação de matéria e de energia no seu uso porque a biosfera é um ciclo fechado. Toda e qualquer produção, para Georgescu-Roegen, é um processo de transformação entrópica, com perda de energia e de matéria e que, portanto, tem uma finitude definida. As reflexões de Georgescu-Roegen têm um antecessor importante em Serguei Podolinsky (1880), que foi o primeiro a estudar o fluxo energético associado aos fenômenos econômicos.

Entre outras vertentes, as obras de Georgescu-Roegen (1971; 1979) e de René Passet (1979; 2012) criaram o movimento que se convencionou denominar de “bioeconomia”. Passet enfatiza, no prosseguimento de Georgescu-Roegen, a importância de considerar a economia como parte da biologia, pois as ameaças que pesam sobre a biosfera condicionam todas as atividades humanas, em particular as de caráter econômico, que devem respeitar os ritmos de reconstituição dos recursos observados na natureza (princípio da resiliência).

Jacques Ellul (1968; 2014), com escritos originalmente publicados em 1954 e 1962, é também citado como um antecedente do Decrescimento por suas críticas contundentes à tecnologia e à propaganda, que datam dos anos 1950. De forma cuidadosa pode-se citar, ainda, os trabalhos de André Gorz, homem de muitos nomes (Michel Bosquet, Gerard Horst), e de muitas rupturas (*Les Temps Modernes, Le Nouvel Observateur*). É o primeiro a utilizar o termo decrescimento no sentido que o entendemos hoje ainda em 1972, na revista *Le Nouvel Observateur*. Crítico mordaz do capitalismo, e vinculado ao marxismo, embora não ao marxismo estruturalista dominante na França dos anos 1970, seus trabalhos disseminaram a ideia de ecologia humana (GORZ, 1975; 1977; 1989).

Cornelius Castoriadis (1986), um dos filósofos mais importantes do século XX, que fundou com Claude Léfort a famosa revista *Socialisme ou Barbarie*, é frequentemente citado por

5 Seria a 4ª lei da termodinâmica.



decrementistas<sup>6</sup>, como Latouche (2007) e Kallis (2011). Conhecido como crítico mordaz do estalinismo, e filósofo da autonomia, destacou-se entre os decrementistas por sua ideia de que a ecologia poderia ser a brecha para mudar o sistema capitalista. A sua ideia de autonomia dialoga com democracia e autogestão, e nos remete ao caminho de pensar uma alternativa nova ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento infinito.

Por sua vez, Ivan Illich (2005)<sup>7</sup> é o grande inspirador dos pós-desenvolvimentismo, junto aos cientistas sociais, com sua ideia da inflexão de efeitos: quando as ações atingem um determinado nível de saturação, os malefícios crescem mais do que os benefícios. Ideia que ele exemplificou, com sua obra, nos campos da educação, saúde, energia e transporte, entre outros. Segundo o pensador austríaco, a partir de um certo momento os cuidados médicos – excessivos – tornam-se não mais benéficos, mas nocivos (NÉMÉSIS MEDICALE, 2005c, p. 583-786, originalmente em 1975). Remédios curam doenças, mas remédios em demasia provocam doenças. E a medicalização dos cuidados da saúde faz com que as pessoas desaprendam a se cuidar. Em *Une Société sans école* (2005a, p. 205-377, originalmente publicado em 1976), Illich mostra que o prolongamento do tempo de escolaridade torna-se castrador, criando a ditadura do pedagogo. Pois, a “maior parte do que aprendemos se faz fora da escola. Os alunos realizam a maior parte de sua aprendizagem sem os, ou muitas vezes, apesar dos professores”. Na escola o que se aprende em particular é deixar de ser criativo, e passar a ser imitativo. Por sua vez, em *Energie et équité* (2005b, p. 379-447, originalmente publicado em 1973) o pensador austríaco mostra como o excesso de veículos em uma cidade inviabiliza a mobilidade.

O pós-desenvolvimento tem, ainda, uma clara filiação com os trabalhos de François Partant<sup>8</sup> (1997; 2007), economista francês que depois de trabalhar como economista em bancos, privado e público, recusou a ideia do desenvolvimento porque, segundo ele, é impossível nos moldes do Norte. Ideia desenvolvida nos anos 1970 por Celso Furtado (1974), com seu famoso livro sobre o mito do desenvolvimento.

Uma parte dos membros do movimento do Decrescimento se aproxima do grupo *Action for a Tobin tax to Assist the Citizen (ATTAC)*<sup>9</sup>, criado em 1988, por influência do antigo diretor do *Le Monde Diplomatique* e um dos fundadores do Fórum Social Mundial, Ignácio Ramonet. Desde a sua criação, ATTAC se posiciona contra a globalização e o neoliberalismo, e propõe a desaceleração do crescimento econômico nos países do Norte. Uma de suas palavras de ordem mais disseminada é a demanda por justiça nas relações comerciais internacionais.

O movimento ANTIPUB, com grande visibilidade em Paris, em torno de 2003, foi uma das influências na constituição do Decrescimento, em particular pela sua denúncia sobre o papel da publicidade na expansão do consumismo desenfreado. Diga-se de passagem, reações à publicidade se fizeram presentes desde os anos 1970 nos Estados Unidos, Canadá e Europa. E nos anos 1980/1990 com os *Adbusters*, no Canadá, os *Downshifting* (conhecidos também como simplicidade voluntária), os movimentos de consumo verde e

6 Defensores do Decrescimento, como sendo a saída da crise ambiental ou civilizacional que vivemos.

7 Grande parte dos livros e artigos de Illich datam da década de 1970, mas aqui utilizamos os dois volumes de sua Obra Completa, publicada em 2005.

8 Pseudônimo de François Roche.

9 James Tobin, prêmio Nobel de Economia de 1981, sugeriu em 1972 a cobrança de uma taxa de 0.1% sobre as transações financeiras internacionais para fomentar o desenvolvimento nos países pobres.

os *freegans* (anarquistas verdes), um pouco em toda parte. No Brasil pode-se citar, entre outros, o Instituto Akatu.

Demaria, Schneideer, Sekulva e Martinez-Alier (2013), inspirados em Flipo (2007), usam as cinco categorias deste autor para classificar as fontes do Decrescimento, e acrescentam mais uma: justiça. As cinco categorias de Flipo são:

- Ecologia: crítica à economia de mercado que destrói gradativamente, e imperativamente, a natureza;
- Desenvolvimento: supremacia da ideologia do crescimento econômico, e redução das relações sociais às relações de mercado;
- Qualidade e sentido de vida: crítica ao modelo de trabalhar mais, produzir mais, ganhar mais, vender mais e consumir mais;
- Bioeconomia: a economia ecológica;
- Democracia: apelo a uma democracia mais profunda, com maior participação no debate sobre o crescimento econômico.

E, finalmente, aquela acrescentada pelos supracitados autores, justiça, pois conforme Ariés (2005), o decrescimento econômico implica, em primeiro lugar, o decrescimento das desigualdades sociais. Evidentemente que esta forma de organizar as fontes do Decrescimento tem seu mérito, mas, ao mesmo tempo, empobrece as diversas correntes de pensamento que alimentaram esta vertente intelectual, na medida em que os autores não cabem, em sua maioria, em categorias tão definidas. Entretanto, tem o valor de mostrar campos do conhecimento de onde provieram reflexões importantes para dar nascimento ao Decrescimento.

Já existe uma literatura razoável sobre o Decrescimento e suas origens, assim como sites que trazem informações para aqueles que defendem o movimento, inclusive em manifestações de rua, como tem ocorrido na França (FLIPO, 2007). Cite-se como exemplo, no Brasil, o livro “Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade” (LENA, NASCIMENTO, 2012), no qual pode-se encontrar trabalhos de Fabrice Flipo (“Introdução à história do conceito de decrescimento na França”), de Serge Latouche (“O decrescimento. Por que e como?”), Gilbert Rist (“O decrescimento para todos?”), Ernest Garcia (“Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado”) e Alan Boccato-Franco (“O decrescimento no Brasil”), entre muitos outros.

Por outro lado, há um número crescente de trabalhos (HARRIBEY, 2006; DUVAL, 2004) que criticam e se opõem ao Decrescimento. Melhor atestado de sua relevância crescente não poderia ter.

Finalmente, não se pode deixar de citar Alain Caillé, economista e sociólogo, criador do *Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales* (MAUSS) e sua *Revue du Mauss*. A tese central do grupo de Caillé é a crítica aos paradigmas da sociologia – individual (Weber) ou coletiva (Marx) – que tentam explicar as relações sociais modernas na base do interesse, negligenciando um aspecto considerável que é a dádiva (dom), ou seja, relações que se estabelecem com base na gratuidade, conforme o princípio descoberto por Marcel Mauss: dar – receber – retribuir. A teoria da dádiva torna-se, no século XXI, um dos fundamentos para se pensar a crise



civilizacional, causada pelo abuso extravagante e nocivo dos recursos naturais<sup>10</sup>. Interessante observar como o MAUSS, assim como alguns decrescentistas, se aproximaram de Illich, inspirando o movimento convivialista hoje em dia na França (CAILLÉ et al., 2016).

## CONCEPÇÕES

O Decrescimento nasce nos anos 1990, como uma crítica radical à sociedade do crescimento econômico (ou “sociedade do consumo”), que é a marca central da sociedade moderna baseada na economia de mercado.

A ideia do Decrescimento assenta-se em um conjunto de constatações que seus autores têm desenvolvido ao longo do tempo. O centro das preocupações do Decrescimento está na ideia de que o mito do desenvolvimento desenha o nosso horizonte epistemológico. Aquele que demarca as possibilidades de nossas ideias desde o século XIX, com o nascimento da sociedade moderna. Utilizando uma noção de Foucault (1990), a noção de desenvolvimento forma uma episteme, ou seja, um horizonte do conhecimento que limita a maneira como definimos os problemas e, em decorrência, como construímos as suas soluções.

Desenvolvimento é uma noção moderna, ocidental e capitalista. Nasce, embrionariamente, com a revolução industrial no século XIX, as grandes invenções do final daquele século, a segunda expansão europeia, e se dissemina no período após a II Grande Guerra, nos anos 1950, sobretudo em função dos países do Sul, denominados então de subdesenvolvidos ou periféricos, em discurso de Harry Truman. A sua ideia, portanto, está estreitamente relacionada ao processo de “ocidentalização do mundo” (LATOUCHE, 1989), que se desenvolve ao longo dos séculos XIX e XX. Está, também, relacionada ao processo de universalização do capitalismo, enquanto modelo vitorioso de produção de mercadorias, de mercantilização e de implantação do consumo de massa (MARX, 1969).

A noção de desenvolvimento se desdobrou em inúmeras teorias diferenciadas (ENRIQUEZ, 2010), que atravessaram todo o século XX, com várias concepções (ROSTOW, 1960; FURTADO, 1974; SEN, 1999; STRONG, 1993 apud BRÜZEKE, 1993), desembocando na ideia recente do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987). No entanto, por mais que tenham ocorrido tentativas de separar a ideia do desenvolvimento da vertente de crescimento econômico, como têm feito Furtado e Sen, a primeira sempre acaba embutindo a segunda. Desenvolvimento sempre esteve relacionado a perspectiva de crescimento e progresso. É claro que a palavra desenvolvimento não está umbilicalmente ligada a crescimento. O desenvolvimento – na psicologia – pode significar, simplesmente, mudança. Ou na teologia, aperfeiçoamento. No entanto, no campo da economia, a imbricação é evidente, e não tem sido superada. Aqui, as tentativas de relacionar desenvolvimento à qualidade de vida nunca se assentaram de forma sólida (VEIGA, 2008).

Todas as teorias de desenvolvimento supõem, embora de maneira diferenciada, a ideia de um aumento da produção e da produtividade da base econômica, que pertence ao universo da modernidade e está relacionado, diretamente, a uma máquina de produzir ou incrementar o desejo de consumir estes mesmos bens, em um círculo vicioso de mais

---

10 A revista Sociologias organizou um dossiê sobre a teoria da dádiva (vol.16, no. 36, 2014) sob a direção de Paulo Henrique Martins e Antônio David Cattani.

produção e mais consumo. Esta ideia, também se encontra impregnada na noção de Desenvolvimento Sustentável, ou em sua mais moderna versão, a de Economia Verde (ALMEIDA, 2012; CECHIN, PACINI, 2012).

Latouche costuma comparar a nossa sociedade, em seu momento atual, com o que denomina de “teorema das algas”. Em resumo, ele consiste no seguinte: uma alga se deposita em um grande lago e, durante dezenas de anos, se reproduz aumentando o seu tamanho em 100% a cada ano. Quando alcançar a metade do lago, será necessário apenas um ano para cobri-lo completamente, inviabilizando a vida de milhares de peixes. Dessa forma, segundo esse autor, encontramos-nos, atualmente, no momento em que o lago se encontra tomado pela metade. Em outras palavras, estamos ingressando no período da sexta extinção das espécies da terra. No último desses períodos de extinção, há 66 milhões de anos atrás, sobreviveram apenas 23% das espécies.

O argumento de que a produção é acompanhada da ecoeficiência, reduzindo a energia e a matéria prima na produção dos bens materiais, não considera o desencontro temporal entre o ritmo da descoberta científica, construção tecnológica e disseminação dos novos produtos no mercado, e a demanda crescente e exponencial de novos grupos humanos ascendendo à modernidade, sobretudo na Ásia, que somam mais de três bilhões de pessoas (ENRIQUEZ, GOMES, 2012). Sobretudo, não considera o “paradoxo de Jevons”, ou *rebound effect*, mediante o qual o aumento da eficiência na produção de um determinado bem conduz a um aumento da demanda por este mesmo bem, não apenas eliminando a economia no uso de recursos naturais e energia, mas aumentando este uso.

Uma outra suposição, sobre a qual se ergueu a fé cega no crescimento, relaciona-se ao mito da tecnologia. Esta ganha concretude, e passa a ser percebida como algo que cresce quantitativamente, e que cresce exponencialmente (igual às necessidades). Além disso, é vista apenas como solucionadora de problemas, e não como causadora de outros problemas, o que já foi questionado por Illich (2005) e Beck (1986). Nessa concretude, a tecnologia é percebida como um anticorpo para todos os males que possam ser produzidos pelo processo de desenvolvimento. Mas, um anticorpo com limites visíveis.

Muitas questões surgem dessa premissa. Uma primeira relaciona-se à confusão entre mudança técnica e substituição de fatores, como, por exemplo, quando se obtém um ganho na produtividade do trabalho explicada pela quantidade de cavalos a vapor por trabalhador. No curto prazo, os ganhos de produtividade só ocorrem com a elevação do fluxo de fatores, principalmente insumos e energia, já que a quantidade dos outros fatores é rígida. As inovações tecnológicas são, primeiramente, direcionadas à elevação da produtividade do capital e do trabalho, devido à correlação de forças no mercado, o que significa que a tecnologia não é neutra e nem sempre amplia a produtividade do fator limitante. Veja-se, por exemplo, os limites dos processos de “desmaterialização” da produção.

A ideia ou noção de Decrescimento ocupa um lugar de destaque na economia ecológica, mas seu sentido é multifacetado. Não há um consenso conceitual, o que não é estranho no campo das ciências sociais.

Com o risco de decepcionar, repetimos que o decrescimento não é um conceito, no sentido tradicional do termo, e que não seria o caso de falar propriamente de “teoria do decrescimento” como os economistas souberam elaborar as teorias do crescimento. O decrescimento é simplesmente um slogan, lançado por aqueles que procedem a uma crítica

radical do desenvolvimento a fim de quebrar a rigidez economicista e de desenhar um projeto de reserva para uma política de pós-desenvolvimento (LATOUCHE, 2006, p. 16).

Portanto, segundo Latouche, um dos inspiradores do Decrescimento, não se trata de um conceito, nem uma teoria, nem um modelo. Trata-se, antes, de um slogan político e de uma reação à ideologia dominante do desenvolvimentismo, entendido como crescimento econômico a qualquer custo. Na expressão de Aries (2005), o decrescimento é uma “expressão ônibus”, que comporta muitas assertivas e proposições em torno do tema do reconhecimento dos limites dos recursos naturais.

Nem todos os decrescentistas, porém, concordam com esta definição. Para Schneider (2010), por exemplo, o Decrescimento pode ser definido como sendo a redução na escala de produção e de consumo, que melhore o bem-estar humano e reforce as condições ecológicas. Vandeventer, Cattaneo e Zografos (2019) chegam a sugerir que se trata de uma estratégia de superação do regime capitalista, envolvido de forma intrínseca à ideia de crescimento.

Parte dos defensores do Decrescimento considera que seu movimento não produz um modelo econômico novo, nem um sistema de pensar substitutivo do vigente, mas antes ideias e sugestões que permitem criar, aos poucos, uma sociedade distinta, mais saudável, mais simples, mais relacional.

Todavia, mesmo enquanto slogan, pode-se visualizar o Decrescimento como uma proposição que contribui para uma nova visão paradigmática. De acordo com Kuhn (1962), a mudança de paradigma não se processa por meio de prova científica e, sim, de um processo de convencimento. É, antes de tudo, uma ruptura na percepção social, que se identifica com a alteração nos padrões que determinam a identificação de um problema.

Demaria, Schneider, Sekulova e Martinez-Alier (2013) defendem que o Decrescimento está se tornando um movimento social, não apenas pelos atores que, ainda nos anos 1980, se engajaram no projeto, mas também pelos atores recentes, como os movimentos de agroecologia, agrovila e agricultura orgânica, contra o uso do carro e disseminação dos transportes baseadas na energia humana (bike), defensores das cidades inteligentes (produtora de energia e de alimento), promotores da energia solar e eólica, organizações com moeda local (NASCIMENTO, COLARES, 2009). Enfim, atores sociais que se organizam e agem coletivamente, em prol de objetivos definidos e exequíveis.

Independentemente das controvérsias, o Decrescimento tem ganhado relevância nos últimos dez anos (KERSCHNER, 2010; D’ALISA et al., 2013; SEKULOVA et al., 2013; D’ALISA, DEMARIA, KALLIS, 2015). Jornais de renome, como *Le Monde*, *Le Monde Diplomatique*, *El Pais*, *Wall Street Journal* e *Financial Times*, entre outros, têm dedicado reportagens e artigos na presente década.

Outra forma de visualizar as concepções do Decrescimento é examinando o que eles denominam de grandes dilemas em que a humanidade tem que enfrentar nos dias atuais. O primeiro é de que a sociedade do crescimento não é sustentável, pois esgota os recursos renováveis que seriam essenciais para as próximas gerações, e ameaça piorar grandemente a qualidade de vida da atual geração e, certamente, a da próxima. Afinal, por mais que as inovações tecnológicas se acelerem, os recursos naturais permanecem limitados (MARTINEZ-ALIER, PASCUAL, VIVIEN, ZACCAI, 2010; RESEARCH, DEGROWTH, 2010; SEKULOVA, KALLIS, RODRÍGUEZ-LABAJO, SCHNEIDER, 2013).

## PROPOSIÇÕES

A trajetória da constituição do Decrescimento tem sido acompanhada de propostas para a resolução da crise ecológica ou civilizacional, como denomina Morin (2007).

A bioeconomia de Georgescu-Roegen entende que toda atividade econômica é uma continuação da evolução biológica por meios exossomáticos, e não mais endossomáticos. A técnica é um aspecto da cultura e faz parte da biologia do homem, mesmo que a sua transmissão não seja realizada pelos genes. Hermann Daly possui um argumento interessante sobre este ponto. Os meios exossomáticos são extensões dos endossomáticos. Por exemplo, o computador é uma extensão do cérebro. Porém, tanto os meios endossomáticos como os exossomáticos constituem-se em sistemas físicos abertos, que continuamente importam energia e matéria de baixa entropia, e exportam de alta entropia. Isto é, os dois dependem do meio ambiente de forma idêntica. Por que, então, admite-se que é necessário limitar o crescimento populacional (meios endossomáticos) e não se reconhece a necessidade de limitar o crescimento da produção de bens materiais (meios exossomáticos)?

Na sequência desse raciocínio, Daly (1996) dedicou-se à desconstrução da ideia de crescimento econômico e utilizou, como argumentos, os próprios princípios da teoria econômica<sup>11</sup>. Alguns dos quais detalharemos a seguir.

O crescimento econômico, medido pelo crescimento do produto interno bruto (PIB), seria a única variável que não estaria limitada pelo princípio de que os benefícios marginais deveriam igualar-se aos custos marginais. Trata-se da aplicação do princípio microeconômico da escala ótima à biosfera, considerando esta uma grande planta industrial. Isto porque, no pensamento econômico convencional, o sistema econômico seria um todo passível de crescer indefinidamente. A restrição é admitida apenas ao nível micro das partes, no qual o sistema de preços é a medida da escassez relativa que garante uma alocação ótima, não existindo escassez absoluta. Além disso, considerando a atual distribuição de renda e riqueza, o objetivo de manter o desemprego no menor nível possível, exige altos investimentos líquidos de forma a compensar a concentração de poupança, o que significa mais crescimento, traduzindo-se em um ciclo vicioso, onde o tratamento prescreve sempre o aumento da dose medicamentosa.

A medida de crescimento dada pelo PIB é uma medida do fluxo de bens produzidos a partir de um estoque de recursos naturais. Neste sentido, existe um ganho ideológico em se tratar o crescimento econômico enquanto fluxo, pois se retira a atenção da desigualdade de distribuição – diferente de alocação – dos estoques de recursos que, em última instância, é a fonte real de poder econômico.

Daly (1996) ainda pergunta: em que medida a contabilidade do crescimento é uma garantia de que exista crescimento? Isso porque os custos reais externos do crescimento são considerados como benefícios. Adicionalmente, os recursos naturais possuem uma pequena participação percentual no total do PIB. Trata-se da subavaliação desses recursos, resultante do poder relativo das classes sociais no condicionamento do mercado. Daly (1996) ainda pergunta: em que medida a contabilidade do crescimento é uma garantia de que exista crescimento? Isso porque os custos reais externos do crescimento são considerados como

---

<sup>11</sup> Não significa que Hermann Daly não reconheça que o sistema econômico é um subsistema da biosfera e que, portanto, está sujeito às restrições físicas representadas pelas leis da termodinâmica.

benefícios. Adicionalmente, os recursos naturais possuem uma pequena participação percentual no total do PIB. Trata-se da subavaliação desses recursos, resultante do poder relativo das classes sociais no condicionamento do mercado. Os fatores capital e trabalho possuem representantes reconhecidos, enquanto os recursos naturais, na maioria das vezes, não. Na verdade, os recursos naturais são considerados bens livres. A estratégia de verticalização da produção por parte das empresas colaborou com esta subavaliação, pois apesar da elevação da escassez relativa dos recursos naturais, o capital como um todo se valorizava.

A proposição de Daly (1991), que não é um decrescentista clássico, é a de inverter a hierarquia de problemas a serem tratados pela sociedade e pela teoria econômica. A economia ecológica tem, como primeiro critério, justamente a questão da escala ou capacidade de suporte. É preciso estar atento aos limites biofísicos do sistema. O segundo critério mais importante é o da justa distribuição. Esta se refere à divisão relativa do fluxo de recursos em forma de bens e serviços finais entre as pessoas. A questão da escala ou capacidade de suporte e da distribuição não pode ser resolvida pelo mecanismo de preço, como propõe a teoria econômica convencional, pois, elas se relacionam com a pobreza, com o atendimento das necessidades das futuras gerações (justiça inter-geracional), com a conservação das outras espécies, e são fundamentalmente questões de natureza social e não individual. Por isso, a questão da alocação de recursos é o terceiro critério.

Percebe-se que o grande desafio se encontra na questão institucional. Ou seja, como definir e construir uma ordem social que reflita esta nova visão de mundo? Como, com as instituições vigentes, criar novas institucionalidades que deem conta da finitude dos recursos naturais e a necessidade de ampliar o consumo da parte mais pobre da humanidade?

Assim, essa discussão se relaciona à mudança de paradigma na sociedade, na ciência e na inovação. Supõe novas formas de produção, novas formas de consumo e, em consequência, novos estilos de vida e escalas de valores, sob nova institucionalidade.

Parte dos defensores do Decrescimento considera que seu movimento não produz um modelo econômico novo, nem um sistema de pensar substitutivo do vigente, mas antes ideias e sugestões que permitem criar, aos poucos, uma sociedade distinta, mais saudável, mais simples, mais relacional. Afinal, o grande desafio é como sair do impasse que a sociedade do crescimento criou sem criar uma situação de catástrofe econômica, ou seja, uma brutal recessão que conduza um mundo a uma era de conflitos, guerras e fomes.

É nessa perspectiva que se insere a revalorização do pensamento de Marcel Mauss. Para este autor, existe uma íntima ligação entre o simbolismo e a obrigação de “dar, receber e retribuir”, uma espécie de solidariedade indispensável nas sociedades humanas, na qual os interesses materiais deverão estar subordinados. Nesse sentido, a ordem social é irreduzível à ordem econômica e contratual. Isto é, o que dá vida aos mercados econômicos não é a universal e abstrata lei da oferta e da procura, mas a cadeia de interdependência e relações de confiança que se estabelece entre as pessoas. Além disso, destaca-se que os interesses instrumentais (do ter) são hierarquicamente secundários em relação aos interesses do ser. O desejo de dar não deve ser reduzido ao cálculo e à instrumentalidade, afinal, a visão política da própria sociedade não se reduz ao mercado ou ao Estado. A proposta, assim, é uma reinserção do Estado e do mercado numa ordem social e política que tenha um sentido global.

Martinez-Alier defende que o Decrescimento é uma proposta de transformação social, e não apenas econômica. Ele visualiza no movimento um exemplo claro da ciência ativista, ou seja,



Por fim, Kallis (2011) desenha algumas propostas para alcançar o decrescimento planejado, tais como o compartilhamento do trabalho, uma invenção americana dos anos 1970, que permite as pessoas compartilharem com outros os seus empregos, permitindo-se tempos maiores de descanso. Hoje, quase um terço das empresas na Suíça declara lançar programas neste sentido.

Aliás, a formulação de propostas operacionais é um movimento interno recente ao Decrescimento, que agrega valor às revoluções dos “R”s de Latouche, ainda muito genéricas, embora ele as denomine de “programa radical mais sistemático e mais ambicioso em o8 “R”s: reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar” (LATOUCHE, 2006). Observe-se que os dois últimos “Rs” forma plenamente apropriados pela Economia Verde.

## CONCLUSÃO

Fica evidente que a proposições do Decrescimento não se confunde com recessão ou com estagnação econômica ou tecnológica. Trata-se, antes, de um redirecionamento do esforço tecnológico para suprir as verdadeiras necessidades dos homens, sem desperdício, sem consumo irracional e, também, sem perda da qualidade de vida. A sua aposta é que é possível reduzir o consumo de recursos naturais/ecossistêmicos, mudar a matriz energética, transformar o estilo de vida e de produção, com melhorias para a maioria esmagadora da humanidade. Uma aposta que não sabemos se será perseguida como uma utopia, ou simplesmente negligenciada e esquecida.

De toda forma, os decrescentistas devem acompanhar mais de perto as inovações tecnológicas em curso, e como elas estão afetando o processo produtivo, os impactos ambientais, e o nosso estilo de vida. A simples rejeição das inovações tecnológicas que se encontram alguns de seus antecessores podem dificultar a compreensão das mudanças, e quais as que podem ser utilizadas no sentido de promover um decrescimento planejado e saudável.

Em resumo, trata-se de reduzir o padrão de consumo dos ricos, aumentar o dos pobres, e modificar o de todas as pessoas. Redirecionar o modelo societal mudando a cultura, os valores e as ideias dominantes na sociedade produtivista e consumista.

Poderíamos dizer, se a aproximação fosse possível, que grande parte dos defensores do movimento do Decrescimento pregam uma reforma intelectual e moral, que lembra a palavra de ordem de Gramsci (1975), no início do século XX. Mas, agora, com outro conteúdo, porque com outros valores e outras representações da sociedade.

Resta saber se é possível construir uma estratégia de mudança gradativa, ou se teremos que aceitar o prognóstico de Gilding (2011) em *The great disruption*: mudar quando iniciar a catástrofe. O problema é que não sabemos se haverá tempo hábil quando esta começar. Sabemos, apenas, que será de monta, reduzindo drasticamente a população humana e degradando as condições de vida, senão de todos, da esmagadora maioria dos humanos.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Elefante, 2016.
- ALMEIDA, M. L. *O que é a economia verde? Mapeando a disputa pelo conceito*. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB), 2018. 110 p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- ALMEIDA, L. T. Green economy: Reinforcing ideas, hoping for actions. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 74, p. 93-103, jan-dez, 2012.
- ARIES, P. *Décroissance ou barbarie*. 1ª ed. Lyon: Golias, 2005.
- BECK, U. *La société de risque. Sur la voie d'une autre modernité*. 1ª ed. Paris: Aubier, 1986.
- BRÜZEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. *Papers do NAEA*, Belém, n. 13, nov, 1993.
- BUARQUE, C. *O erro do sucesso: a civilização desorientada e a busca de um novo humanismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- CAILLÉ, A. et al. *Éléments d'une politique convivialiste*. 1ª ed. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2016.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CECHIN, A., PACINI, H. Green economy: why optimism should be coupled with the skepticism reason. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 74, p. 121-135, jan-abril. 2012.
- COMMONER, B. *The closing circle*. 1ª ed. New York: Bantan, 1972.
- D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. *Degrowth: a vocabulary for a new era*. 1ª ed. New York: Routledge, 2015.
- DALY, H. E. *Beyond Growth: The economics of sustainable development*. 1a ed. Boston: Beacon Press, 1996.
- DALY, H. E. *Steady-State Economic*. 1ª ed. Whashington D.C., Island press, 1991.
- DEMARIA, F., SCHNEIDER, F., SEKULOVA, Filka, MARTINEZ-ALIER, J. What is Degrowth? From an Activist Slogan to a Social Movement. *Environmental Values*, Cambridgeshire, v. 22, nr.2, p. 191-215, april. 2013.
- DIAMOND, J. *Collapse. How societies chose to fall or succeed*. 1ª ed. London: Penguin, 2005.
- DUBOS, R., WARD, B. *Nous n'avons qu'une seule terre*. 1ª ed. Paris: Denoel, 1972.
- DUVAL, G. Décroissance ou développement durable? *Alternatives économiques*, Paris, nr. 221 Hors-série – Le Développement durable, 10 trimestre, p. 53-55, janvier. 2004.
- ELLUL, J. *Técnica e desafio do século*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ELLUL, J. *Propaganda: uma análise estrutural*. Lisboa, Antígona, 2014.
- ENRIQUEZ, M. A. *Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento à emergência do desenvolvimento sustentável*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

- ENRIQUEZ, M. A., GOMES, G. Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológica-econômica dos condicionantes do desacoplamento. In: LÈNA, P., NASCIMENTO, E. P. (Org.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 235-252.
- FARAH, I., VASOPOLLO, L. (Org.). *Vivir bien: paradigma no capitalista?* 1ª ed. La Paz: CIDES-UMSA, 2011.
- FLIPO, F. Voyage dans la galaxie décroissante. *Mouvements*, v. 50, n. 2, p. 143–151, avril. 2007.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. 1ª ed. Boston: Harvard University (e-book), 1971.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *La décroissance Entropie – Écologie – Économie*. 1ª ed. Paris: Editions Sang de la Terre, 1979.
- GORZ, A. *Écologie et politique*. 1a. ed. Paris, Galilée, 1975
- GORZ, A. *Écologie et liberté*. 1a ed. Paris, Galilée, 1977
- GORZ, A. *Critique of Economic Reason*. 1ª ed. London, Verso, 1989.
- GILDING, P. *The great disruption: how the climate crisis will transform the global economy*. 1ª ed. London: Bloomsbury Publishing USA, 2011.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. 1ª ed. Torino: Einaudi, 1975.
- HARRIBEY, J-M. Une conception de la richesse non-marchande pour sortir du faux dilemme croissance/Décroissance. In: BERR, E., HARRIBEY, J-M. (dirs). *Le développement en question(s)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2006. p. 265-288.
- ILLICH, I. *Une Société sans école*. 1ª ed. Paris: Fayard, 2005a.
- ILLICH, I. *Energie et équité*. 1ª ed. Paris : Fayard, 2005b
- ILLICH, I. *Némésis Médicale*. 1ª ed. Paris: Fayard, 2005c
- KALLIS, G. In defence of degrowth. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, v. 70, nr 5, p. 873–880, march. 2011.
- KALLIS, G., KERSCHNER, C., MARTINEZ-ALIER, J. The economics of degrowth. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, v. 84, n. 5, p. 172-180, dez. 2012.
- KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. *Journal of Cleaner Production*, Knoxville, Tennessee, v. 18, n. 6, p. 544–551, april, 2010.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- LATOUCHE, S. *L'Occidentalisation du monde*. 1a ed. Paris: La Découverte, 1989.
- LATOUCHE, S. *Le pari de la décroissance*. 1a edição. Paris, Fayard, 2006

- LATOUCHE, S. *Pour une société de décroissance*. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/>> nov 2003. Acesso em: 01 de março de 2019
- LATOUCHE, S. *Anti-utilitarisme et décroissance*. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net>>. Oct 2007 Acesso em: 02 de março de 2019.
- LÉNA, P. e NASCIMENTO, E.P. (Orgs) *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. 1a ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2012
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 73, p. 45-66, dezembro. 2005.
- MARTINEZ-ALIER, J., PASCUAL, U., VIVIEN, F. D., ZACCAI, E. Sustainable de-growth: mapping the contexto, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, n. 69, 1741-1747, may. 2010.
- MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. 1a ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARX, K. *Le capital*. Livre 1. s/ed. Paris:Garnier-Flamarion, 1969.
- MEADOWS, D., MEADOWS, D., RANDERS, J., BEHRENS III, W. *The limits to Growth: a report for the club of Rome's projection the predicament of mankind*. 1a ed., New York: Universe Book, 1972.
- MORIN, E. *Vers l'abîme?* 1a edição. Paris, HERNES, 2007.
- NASCIMENTO, E. P. & GOMES, G. *Décroissance. Qual a sua consistência*. VIII Encontro da Economia Ecológica, Cuiabá, 2009.
- PALLANTE, M. *Manifesto del movimento per la decrescita felice*. 2004. Disponível em: <<http://www.unmondopossibile.net/articolo/arto076.htm>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- PALLANTE, M. *La decrescita Felice: la qualità della vita non dipende dal PIL*. 1a ed. Roma: Riuniti, 2007.
- PARTANT, F. *La fin du développement: naissance d'une alternative?* 1a ed. Ales: Actes du Sud, 1997.
- PARTANT, F. *La ligne d'horizonne*. 1a ed. Paris: La découverte, 2007.
- PASSET, R. *L'économie et le vivant*. 1a ed. Paris: Payot, 1979.
- PASSET, R. *La bioéconomie de la dernière chance*. 1a ed. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2012..
- PIKETTY, T. *Le capital au XXI siècle*. 1a ed. Paris: Seuil, 2013.
- PODOLINSKY, S. Le socialisme et l'unité des forces physiques. *La revue Socialiste*, Paris, v. 08, junho 1880.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas*. 1a ed. São Paulo: UNESP, 1996.
- RESEARCH & DEGROWTH. Degrowth declaration of the Paris 2008 Conference. *Journal of cleaner production*, Knoxville, Tennessee, v. 18, n. 6 p. 523-524, april, 2010.
- RIPPLE, W. J., WOLF, C., NEWSOME, T. M., GALETTI, M., ALAMGIR, M., CRIST, E., MAHMOUD, M. I., LAURANCE, W. F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. *BioScience*, Oxford, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, nov 2017.

ROSTOW, W. W. *The stages of Economic growth: a non-communist Manifest*. 1a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SCHNEIDER, F. Degrowth of production and consumption capacities for social justice, well being and ecological sustainability. ICTA / Universidad Autonoma de Barcelona. 2end Conference on Economic Degrowth. For ecological sustainability and social equity. Barcelona, 26 e 29 de março de 2010.

SCHNEIDER, F., KALLIS, G., MARTINEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production*, Knoxville, Tennessee, v. 18, n. 6 p. 511–518, april. 2010.

SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful: a study of economics as if people mattered*. 1a XX ed. New York: Harper & Row, 1973.

SEKULOVA, F., KALLIS, G., RODRÍGUEZ-LABAJO, B., SCHNEIDER, F. Degrowth: from theory to practice. *Journal of Cleaner Production*, Knoxville, Tennessee, v. 38, n. 1, p. 01-06, january. 2013.

SEN, A. *Development as Freedom*. 1a ed. Oxford: Oxford University Press, 1999.

VANDEVENTER, J. S., CATTANEO, C., ZOGRAFOS, C. A Degrowth Transition: Pathways for the Degrowth Niche to Replace the Capitalist-Growth Regime. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, v. 156, p. 272–286, February 2019.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 1a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.